

Centro de Recursos Educativos (parte I)

inovação no capitel

MARGARIDA M. GRAÇA, ANA MARIA PESSOA, FERNANDO PINHO, FRANCISCO MATIAS, ISABEL S ROSA, LUÍSA CRUZ,
NATERCIA MASSAS, PATRÍCIA ARGUELLO, SUSANA MARQUES, TERESA MARQUES

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

Resumo

Este artigo dá a conhecer o projeto pedagógico inovador de Centro de Recursos Educativos (1986-2022) em consonância com o projeto de formação de educadores professores e de outros profissionais na Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal. *A partir de dentro*, a equipa responsável pela sua implementação e desenvolvimento descreve o contexto de reforma educativa em que foi criado e a conceção teórico-prática que o sustenta. Analisa também o que foi esta reestruturação de práticas docentes e de espaços pedagógicos na diversificação de recursos educativos em sala de aula. A experiência, integrada no projeto de formação contínua e inicial da ESE, beneficiou do apoio dos órgãos de direção da Escola e de apoio institucionais diversos.

Palavras-chave:

Centros de Recursos Educativos, Recursos Educativos, Inovação Pedagógica, Escola Superior de Educação, Trabalho por Projetos, Autonomia, Autoformação.

Abstract

This article examines the innovative pedagogical initiative of the Educational Resource Centre (1986–2022), conceived in close alignment with the educator and teacher training programme of the School of Education (ESE) at the Polytechnic Institute of Setúbal. Drawing on an insider perspective, the team responsible for its conception, implementation, and long-term development situates the project within the broader context of educational reform at the time, articulating the theoretical and practical foundations that informed its design. The analysis highlights the project's role in restructuring teaching practices and reconfiguring pedagogical spaces, with a particular emphasis on the diversification of classroom educational resources. Embedded within both the initial and continuing teacher education programmes at ESE, this endeavour benefited from sustained support from the School's leadership and from a range of institutional partners.

Key concepts:

Educational Resource Centres; Learning Resources; Pedagogical Innovation; Teacher Education; School of Education; Project-Based Learning; Autonomy in Learning; Self-Directed Learning; Teacher Professional Development

Introdução

Nas comemorações dos 40 anos da Escola Superior de Educação (ESE), o relato da atividade do Centro de Recursos Educativos (CRE) é apresentado, nesta revista, nos artigos *Centro de Recursos Educativos da ESE de Setúbal - inovação no capitel* e *Centro de Recursos Educativos - um olhar sobre uma polifonia complexa*. O primeiro, com carácter mais teórico e, o segundo, com descrição do projeto, serão objeto de um estudo mais extenso numa monografia a publicar em 2025, pela mesma equipa do CRE, na editora Sítio do Livro. Ali se aprofundam todos os temas como não é possível abordar num artigo de revista.

O CRE é construído num contexto de mudança do sistema educativo português, depois de abril de 1974, integrado num projeto inovador, iniciado por Ana Maria Bettencourt, Maria Emília Brederode Santos e Teresa Martins. Num modelo escolar já então obsoleto, este é o relato de uma experiência entusiasmante e transformadora, que contribuiu para a evolução de um sistema educativo em crise.

1. Plataformas de construção

Passar do livro como *o recurso*, para o livro como *um dos recursos*; passar da palavra única do professor para a palavra partilhada com os

estudantes; passar do ouvir para o problematizar; passar do reproduzir para o fazer criticamente e com qualidade; passar da sala de aula estática para uma aula dinâmica, sem paredes; passar do estar passivo para o intervir criticamente e colocar à disposição de todos os estudantes recursos habitualmente inacessíveis à maioria - foram estes os grandes objetivos do CRE.

A partir de 1986, a coordenação do CRE integrou docentes que defendiam a formação de professores em contexto e uma outra forma de trabalho em sala de aula. O contacto com o Movimento da Escola Moderna (MEM) e a insatisfação com o uso do manual escolar, como único recurso pedagógico, está na base do entendimento que a equipa tinha sobre este recurso. Conscientes da (então como hoje) dependência excessiva dos manuais por parte dos professores sempre se considerou que o manual escolar deveria ser substituído, ou complementado, por outros recursos: publicações periódicas, televisão, cinema, jornal escolar, produções audiovisuais, entrevistas, dossiês temáticos, transparências, mapas, jogos educativos, música, fotografias, diaporamas, visitas de estudo, maletas pedagógicas e, mais tarde, pesquisa na internet, entre outros. A luta do CRE foi para que houvesse lugar à pesquisa, seleção, concepção, produção e

avaliação daquele outro tipo de recursos educativos também numa perspetiva de melhorar a Comunicação e a Educação para os Media. A persistência desta centralidade do manual escolar, ainda hoje, mesmo com o avanço das tecnologias digitais e a crescente oferta de materiais multimédia, reflete tanto fatores históricos como culturais. O CRE, ao longo dos anos, investiu em promover uma abordagem mais aberta e plural, incentivando a experimentação de recursos alternativos e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas que valorizassem a autonomia dos estudantes e a colaboração entre docentes. Esta mudança de paradigma foi progressivamente acolhida na formação de professores da ESE, permitindo explorar novas dinâmicas educativas que ampliaram o acesso a diferentes fontes de conhecimento.

Se pensarmos que se trata de uma instituição de formação de professores, a diversidade de recursos que um CRE deve disponibilizar e promover na construção de uma escola pública, progressista e transformadora, assume uma importância ainda maior. Quando começou este projeto, a biblioteca escolar já existia em muitas escolas assim como a discussão da necessidade de um olhar renovado sobre o seu papel. Essa foi uma das intervenções pioneiras

do CRE, reconhecendo-lhe o enorme potencial pedagógico, gerador de variedade, de inovação e de mudança (Canário et al, 1994). A biblioteca escolar como recurso *passivo* deveria transformar-se num meio para desenvolver competências diversificadas, de procura de fontes credíveis e de apropriação do saber, assim como de métodos de trabalho promotores de autonomia e de autoformação (como o trabalho em grupo, por projetos, de pesquisa, de análise, de tratamento e produção de informação fundamentada), em todos os suportes possíveis, numa perspetiva de desenvolvimento do pensamento crítico. No CRE defendia-se a utilização da biblioteca *dentro* da sala de aula, ao serviço de professores e estudantes, como *um* recurso a explorar *dentro* e não apenas como apoio *fora* da sala de aula. Às tradicionais tarefas de recolha, organização e conservação de livros e revistas, era necessário acrescentar a disponibilização de outros recursos educativos e atividades de serviços à comunidade - como previsto na *Lei de Bases do Sistema Educativo* (LBSE, 1986) - de difusão da informação guardada, produção de materiais de apoio à exploração dos recursos existentes, levantamento de possíveis interações.

2. Centros de Recursos Educativos: um processo em construção

O conceito de centros de recursos educativos defendido no projeto do CRE, foi rigorosamente explicitado por Cecília Bento (1991):

“(..) é um espaço em que se localizam os recursos, permitindo a máxima utilização e aproveitamento dos mesmos; o local em que as condições de visibilidade, som, individualidade, são (ou deviam ser) as melhores para utilização e aproveitamento dos recursos. O espaço em que professores e alunos, individualmente ou em conjunto desenvolvem trabalho; o local em que se produzem documentos de toda a ordem (impressos, audiovisuais, tecnológicos) com o objetivo de melhorar o ensino-aprendizagem; o espaço em que o meio se entrecruza com a escola, quer por poder ser utilizado por elementos aparentemente externos à própria escola, quer por estar diretamente ligado à comunidade, criando projetos de interesse comum, com vista ao reconhecimento de problemas locais e tentativa de os resolver, quer ainda como polo de dinamização de formação das pessoas.” (p. 111).

Para a equipa do CRE, eram claras as perspetivas e as opções de trabalho, às quais se acrescentavam as de que os recursos educativos,

numa aceção universalizante, foram sempre um meio de atingir a cidadania democrática e contribuir para a metamorfose da escola “pensada também como um bem público e um bem comum” (Nóvoa, 2022, p. 14).

2.1. História: dos CAFOP aos CRE

O projeto do CRE iniciou-se a partir do *Programa Preliminar das Escolas Superiores de Educação* (maio, 1978), elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Estado do Ensino Superior, financiado pelo Banco Mundial. No seguimento desta opção (Dec.- Lei 513-T/79 de 26 de dezembro) criou-se uma rede de estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico público. As ESE tinham como objetivo “formar Educadores de Infância, Professores dos Ensinos Primários e Preparatório (atualmente dos 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico). Por necessidades circunstanciais, ligadas à formação de professores, o projeto das ESE começou por desempenhar um papel importante na “formação em serviço e na atualização e reciclagem de docentes e profissionais de educação” (IPS, 1988).

Naquele *Programa Preliminar*, enunciava-se:

A existência de um Centro de Recursos Educacionais nas

Escolas Superiores de Educação implica a adoção de um sistema de ensino baseado nos recursos educativos que, utilizando os meios modernos de armazenar e pôr à disposição informação, se propõe oferecer aos alunos a possibilidade de se responsabilizarem, pelo menos em parte, pela sua própria formação, dentro do quadro fixado pelo sistema educativo.

Este enquadramento abriu o caminho à criação dos CRE, inicialmente designados Centros de Apoio à Formação de Professores (CAFOP). Perante a necessidade de professores com formação específica, foi aberto um concurso para os seus futuros responsáveis. Foram selecionados(as): Antónia Barreto (Leiria), Beatriz Bettencourt (Guarda), João Barroso (Santarém), José Alberto Correia (Viana do Castelo), José Carlos Abrantes (Faro), José Manuel Chaves (Bragança), Luísa Porto (Porto), Margarida M. Graça (Beja), Maria José Martins (Lisboa) e Rui Canário (Portalegre). Não foi selecionado candidato/a para Setúbal porque, à época do concurso, esta ESE ainda não havia sido criada. Durante dois anos, estes 10 professores frequentaram, a Universidade de Bordéus e uma formação presencial, orientada por René Laborderie, que incluiu um Estágio de Especialização Técnica (1980-1982) no *Centre Régional de*

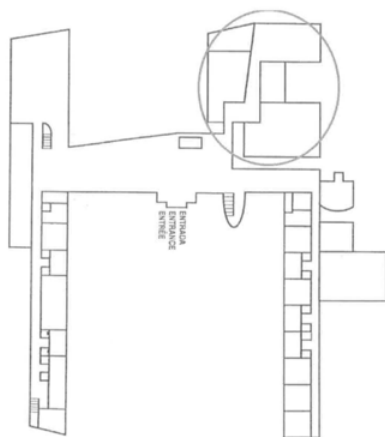
Documentation Pédagogique-CRDP e a obtenção de um *Diplôme d'Études Approfondies* (DEA) equivalente a Mestrado em Ciências de Educação (1980-1982). Alguns destes professores completaram ainda o 3º Ciclo (1983-1987) - *Thèse pour le Doctorat*, na mesma instituição.

2.2. Uma escola a partir de um projeto inovador: os Núcleos, os Projetos e o CRE

Em 1986, com a criação da ESE de Setúbal, o projeto pedagógico inovador então divulgado, preconizava uma Escola de formação organizada em Núcleos, Projetos e Centro de Recursos - uma tríade que deveria alimentar um trabalho conjunto ao serviço da comunidade educativa alargada. Alguns professores de outras ESE que tinham feita formação nos Estados Unidos da América ou em França, para integrarem as ESE foram convidados a integrar a nova equipa da ESE, assegurou-se assim a coordenação do outrora CAFOP.

O projeto arquitetónico da escola foi desenhado por Álvaro Siza Vieira, que aceitou, pela primeira vez, fazer um edifício para uma escola, partindo de um projeto pedagógico. No respeito pelas orientações do *Programa Preliminar* das ESE, desenhou espaços diferenciados para funções específicas, nomeadamente, o CRE,

concebido num bloco quase independente e ligado ao edifício principal através do átrio da entrada.



Esboço ESE /CRE– Arq. Siza Vieira

2.3. O CRE - Um recurso para estudantes, docentes e para a região

O CRE entrou em funcionamento em abril de 1987, tendo como objetivos principais: a) Proporcionar novas formas de relação com o saber, incentivando a utilização autónoma de diferentes fontes de informação; b) Promover a conceção e a produção de recursos ativos de aprendizagem em suportes e linguagens diversificados; c) Incentivar a utilização, organização, gestão e avaliação de recursos;

d) Promover a Educação para os Media; e) Apoiar a Formação Inicial e Contínua de professores e de outros profissionais; f) Colocar os recursos - do impresso ao multimédia - ao serviço da comunidade, desenvolvendo uma relação dinâmica com esta; g) Prestar serviços no âmbito da formação, ensino e investigação da ESE (IPS-ESE, 1986). Com base nestes objetivos, foram criados os setores de Documentação e Informação, Audiovisuais, Oficina Pedagógica, Multimédia e Gráfico. Para a gestão do CRE constituiu-se uma equipa formada pelos/as responsáveis de cada setor e pela coordenadora. Integrava docentes da ESE "de formações e áreas de trabalho diversificados" assim como "pessoal técnico com formação ou experiência específica nas áreas das suas diferentes componentes funcionais" (IPS/ESE, 1986). A equipa foi constituída por cinco docentes, oito técnicos especializados nas áreas de documentação, audiovisuais, gráfica e dois elementos indiferenciados. Inicialmente pretendia-se apoiar o trabalho autónomo dos estudantes. Contudo, constatou-se que estes não estavam habituados a utilizar os recursos disponibilizados e precisavam de formação em pesquisa, organização, linguagens, equipamentos, técnica e Educação para os Media. Para responder a essa necessidade, foi criada uma disciplina com programa, horário,

avaliação (de início, sem classificação final): *Atividades para a Autonomia*. As questões da utilização e produção de recursos educativos só desta forma se poderiam introduzir nas práticas pedagógicas de futuros profissionais de educação. Os docentes que integravam a equipa do CRE, além de terem conhecimento dos fundamentos do modelo de escola tradicional, tinham vivido também, o ensino do *Estado Novo*, com as características específicas dos pensamentos fascista e colonialista. Em oposição àquela, defendiam uma escola aberta, dinâmica, intercultural, com a aprendizagem centrada no aluno e na turma, no desenvolvimento de projetos, na ligação ao mundo. Muitos dos restantes docentes da ESE, como se verá, não estavam preparados para esta nova abordagem, o que exigiu um trabalho continuado de educação e transformação.

3. Inovação

A descrição e a reflexão sobre o percurso do CRE, desde a sua criação até hoje, deve ser vista sob três perspetivas complementares: descrever e partilhar, *a partir de dentro*, de forma objetiva, o que foi esse passado, refletir sobre o presente, e perspetivar o futuro (possível e necessário) desta experiência pedagógica e do projeto da Escola com o qual se relacionou sempre. Hoje, devido a muitas circunstâncias, em

muito pouco se assemelha ao que, há 40 anos, foi uma utopia tornada realidade.

A existência de um projeto educativo coerente, como era o da ESE – um projeto de ação comum anterior ao funcionamento da Escola e que foi partilhado como referência para todos os que nela entraram – funcionou como “quadro de ação para os indivíduos na organização. É ‘o projeto’, como espaço formal e estruturado de tradução, composição e recomposição de regras que [pretendia] constituir o ponto de partida para a alteração da ‘ordem escolar’(...)” (Barroso, 2001, pp. 89-90, cit. por Pintassilgo, 2019, p. 13). Procurou-se criar uma *escola diferente*, com um projeto educativo específico, embora aceitando as regras então acabadas de definir na LBSE (1986).

O projeto da ESE, no qual se integra o do CRE, configurou à época, uma inovação escolar, entendida como uma “mudança intencional, voluntária e deliberada (...) de um processo, na prossecução de valores defendidos em *décalage* com os existentes” (Cros, 2001, p. 29, cit. por Pintassilgo, 2019, p. 16). No caso do CRE, como prática inovadora, tem de se reconhecer que a sua concretização só foi possível por estar ligada a um contexto específico (Perrenoud, 2002),

projetada como parte da agenda de atores ou de grupos (...)

possui finalidades que têm em vista a produção e mudanças pedagógicas (mas que não se reduzem a elas). Essas mudanças são, além disso, inspiradas em valores e surgem associadas, porventura, a projetos cívicos e sociais que se apresentam como alternativos. Daí que as inovações tenham uma íntima relação com o poder e com o saber (Pintassilgo, 2019, p. 16)

O CRE posicionou-se no centro da instituição, com intervenção local e baseado num conhecimento profundo das escolas. Essa intervenção deu-se a diversos níveis, desde a participação na definição das disciplinas fundamentais dos cursos da ESE; na lecionação de disciplinas como *Atividades Autónomas* e mais tarde, disciplinas integradas nos currículos como *Atividades para a Autonomia* ou através de disciplinas de opção como *Produção de Materiais Pedagógicos* e *Organização e Gestão de Centros de Recursos Educativos*; na promoção de áreas inovadoras como Educação para os Media; na participação na área *Tronco Comum*, que desenvolvia competências transversais no currículo de formação inicial, com turmas constituídas por estudantes do 1º ano de diferentes cursos; na dinamização de ações de formação contínua, no âmbito das bibliotecas escolares e do Projeto TV-Escolas (na Capricho

Setubalense, nas escolas do concelho, nos espaços da ESE); na participação em órgãos de gestão da ESE como Conselho Científico (desde 1992), Conselho Pedagógico e na equipa de Direção (2003-2006); na participação nas estruturas internas de organização (Núcleos e, mais tarde, Departamentos); na integração na equipa de formadores do programa FOCO (1995), dinamizando um curso de *Formação Contínua sobre Centros de Recursos*, para docentes da região de Setúbal. Essa intervenção inovadora estendeu-se também às práticas pedagógicas, às estratégias de aprendizagem e aos recursos educativos. Em cada uma das disciplinas e, também na formação contínua, utilizavam-se diversos métodos de trabalho e formas de avaliação, com utilização de todos os recursos disponíveis no CRE e no meio. Geralmente trabalhava-se em *team teaching*, por vezes integrando os técnicos das diversas áreas e setores na orientação e/ou apoio à realização de inúmeros trabalhos intercalares e/ou finais de disciplinas, usando recursos diversificados.

A partilha contínua com outros docentes da ESE assim como com professores de outras escolas, fosse do Ensino Superior público (outras ESE como Lisboa, Santarém, Viseu, Portalegre e Universidades do Minho, de Aveiro...) ou privado, dos níveis

secundário até ao pré-escolar, na região e fora dela, fez parte da estratégia de implementação e de inovação deste projeto. O trabalho em cooperação com outros profissionais, em especial, jornalistas e criativos na área gráfica e dos audiovisuais, foi também um aspeto facilitador de abordagens e de produções inovadoras. A defesa de uma forma de trabalhar por projetos e em cooperação - como tem vindo a ser teorizada desde há muito por Sérgio Niza (1996) - seja entre professores, entre estudantes, seja entre outros agentes, a que, no caso do CRE se acrescenta o trabalho cooperativo da equipa formada por pessoas de diversas áreas profissionais, com formações diversas, com estatutos diferentes na Escola, é outra das características marcantes desta inovação. A equipa do CRE assumiu estar e querer construir uma escola diferente, desafiadora, onde foi possível concretizar, com qualidade e entusiasmo, muitos projetos pedagógicos alternativos. Tais projetos, sobretudo os ligados à comunidade e aos PALOP, tiveram a colaboração dos serviços do CRE, como o setor de Audiovisuais e, em especial, a do Setor Gráfico na realização de diversas produções (livros, brochuras, manuais escolares, desdobráveis, cartazes, vídeos). Por serem serviços remunerados, muitos desses trabalhos deram uma apreciável rendibilidade

financeira à ESE e ajudaram a manter uma disponibilização de recursos (equipamentos, consumíveis...) com atualidade e qualidade.

4. Pelas ondas incertas do futuro

Está por fazer a avaliação do que foram os Centros de Recursos, enquanto inovação pedagógica, a partir dos anos 80 do século passado. No caso concreto da ESE, no ensino superior, nada existe ainda. Estes dois textos são a primeira tentativa de refletir sobre uma experiência que durou quase 40 anos. O CRE apoiou-se na identidade então definida para a ESE de Setúbal que criou uma outra cultura de escola. Este projeto foi, repete-se, um fator de inovação educacional num modelo escolar nem sempre coerente e conseqüente no que às inovações respeita. No CRE desenvolveu-se um modelo de interação, partilha, acesso à informação, de produção, que se considerou/considera poder ser replicado em qualquer escola. Numa sociedade economicamente globalizada, socialmente desigual, culturalmente pobre e, num sistema educativo debilitado por reformas errantes e casuísticas, a invasão e onnipresença das redes sociais e da inteligência artificial, especialmente na sua vertente da promoção de uma cultura antidemocrática, tem transformado a sociedade num espaço de endeusamento das narrativas falaciosas, muitas vezes de

mentira, de *fake news*, de factos alternativos em detrimento do conhecimento fundamentado, do confronto saudável com adversários encarados e, muitas vezes ferozmente combatidos, como inimigos a destruir. É evidente o aumento da degradação comunitária e social. É notória a incapacidade da escola para combater esse desgaste. Os valores democráticos que a escola do séc. XX tentou promover e desenvolver são hoje postos em confronto, como refere Larsch, com o ressurgir da defesa de “tudo aquilo que se opõe ao progresso: valores da família, patriotismo bacoco, fundamentalismo religioso, racismo, homofobia e opiniões retrógradas sobre a mulher” (Larsh, 2024, p. 39). A estes podem acrescentar-se a negação dos problemas ambientais, recusa de aceitação do valor das vacinas, tentativa de destruir a educação pública e a investigação... Tenta impor-se, de novo, uma era de retrocesso civilizacional, de perseguição aos mais fracos, de queima e banimento dos livros, de idolatria da ignorância e da mentira, do lucro rápido e fácil, da aversão ao trabalho e do desenvolvimento de um individualismo atroz, a nível global. A empatia, confiança, intervenção cívica e discussão para procura de consensos, pela integridade, pela fundamentação, pela coerência, valores que a escola também deveria promover, são ultrapassados pela

indiferença, pela concorrência, pelo individualismo, pela crença no ideal antidemocrático da meritocracia como forma de mobilidade social que substitui a “aristocracia de nascimento por uma aristocracia de talento”, sem os valores de interajuda, que se isenta do contributo para o desenvolvimento do bem comum, com elites sem solidariedade intergeracional. A comunidade dos melhores é uma comunidade de contemporâneos, sem consciência de dívidas para com o passado, com uma “incrível ignorância da História (...) achando o presente muito superior às civilizações do passado” (Larsch, 2024, p. 44). A sociedade da indiferença, da falta de ética, da falta de rigor, da desinformação, da promoção de boatos e de mentiras, da intolerância, das máquinas de guerra, do retrocesso civilizacional... coloca grandes desafios à humanidade e, em particular, à escola no século XXI.

Muitos destes desafios não são novos. Os princípios e capacidades a desenvolver, que devem nortear as abordagens a esses desafios, também não o são: autonomia, responsabilidade, espírito de iniciativa, curiosidade, rigor científico, pensamento crítico, tolerância e aceitação do diferente, intervenção cívica fundamentada. Todo o processo de desenvolvimento do CRE, os objectivos e estratégias utilizados apontaram caminhos, nortearam intervenções, deram

existência real a estes princípios, a estas capacidades. Antes e agora, acredita-se, sabe-se e defende-se que este é um caminho a seguir, para dar força, para viabilizar um futuro, feito todos os dias, mais humano e sustentável.

5. Centro de Recursos Educativos (1986-2025): desabrochar, fragmentar, desmembrar e extinguir

5.1. Plataformas de fragmentação e extinção

Passados 40 anos, com a saída dos principais elementos da equipa e as mudanças de orientação da ESE (principalmente desde 2009), o CRE foi completamente desmantelado (2024).

É de assinalar que, por ignorância ou de propósito, em documentos mais recentes sobre a História da ESE, a do CRE e toda a sua atividade foram omitidas. Em História pode haver “apagões” de contexto, mas os factos não podem ser apagados.

A equipa, responsável por estes textos *autobiográficos*, trabalhou a partir de diversas fontes escritas, orais e digitais. Foi a partir delas que, ao descrever e avaliar o percurso desta inovação, lhe foi possível identificar os fatores de sucesso da sua concretização, mas também os obstáculos que conduziram à sua fragmentação, desmembramento até à (quase?) extinção.

Uma década após a sua construção, começou a sua decadência. A partir de 1997, o Setor Gráfico deixa de ter visibilidade, porque foi transformado no Centro Gráfico do IPS. Esta foi a primeira de uma série de vicissitudes enfrentadas, de 1996 até 2022. Ao longo desse período, muitas e, em alguns casos, cautelosas e subtis, vão ser as intervenções externas de desmantelamento do CRE como um todo coerente de inovação ao nível das conceções teóricas, do uso e produção de recursos educativos. A última, em 2022, eliminou o setor de Documentação e Informação que passou a integrar a Divisão de Bibliotecas do IPS. O único setor do CRE que ainda permanece é o dos Audiovisuais. Os espaços que, desde antes da ESE existir, tinham sido pensados para alojar o CRE, como centro de atividade da Escola, foram sendo paulatinamente tragados e estão hoje com funções completamente diversas. É interessante verificar que, como não se entendeu a dinâmica política e educacional do CRE no contexto do projeto da ESE (também ele hoje extinto) e nas tentativas de reforma do sistema educativo, não se sabe o que fazer a espaços especificamente para ele criados como a Oficina Pedagógica e os Audiovisuais.

O Despacho da Presidência do IPS (21 de out. 2003) foi o primeiro

documento a registar a intenção de, entre todos os serviços de documentação das escolas que o compõem, se “definir[em] linhas comuns de atuação no que toca a procedimentos, regulamentos, catalogação, entre outros, partilhando conhecimentos e experiências e abrindo caminho para a definição de uma política conjunta e de cooperação”. As novas orientações nada mais tiveram em vista do que a gestão das áreas de *serviços*, sem qualquer preocupação com a manutenção da vertente *pedagógica* do CRE.

Ao longo dos 20 anos seguintes, sem outros pressupostos teóricos e razões que as de uma tentativa de *racionalizar*, de *cima para baixo* e, de forma *administrativa*, (alguns) procedimentos técnicos na área das bibliotecas, foi feito um percurso que acabou por conduzir, em 2022, ao desmantelamento do CRE, pioneiro, no ensino superior público, na área da inovação *pedagógica*. Como em muitos outros projetos do mesmo teor na área da Educação, é da conjugação de uma série de fatores, mais ou menos (im)previsíveis e (in)conscientes que, do seu exterior como do seu *interior*, irão saindo também os meios que conduzem ao seu desaparecimento. No seguimento daquele Despacho (2003), o Regulamento 127/2009 alarga a missão do grupo das bibliotecas de todas as Escolas do IPS para

definir linhas comuns de atuação no domínio da harmonização e normalização de metodologias de trabalho e procedimentos técnicos, políticas de cooperação conducentes à otimização da gestão dos recursos humanos e de informação.

Ao nível de finalidades, objetivos, funções e atividades não se vislumbrava ali uma única na área da inovação científica ou pedagógica, assumindo-se as bibliotecas apenas como serviços *paralelos e exteriores* às atividades docentes. Também em 2009 fica registado, pela primeira vez em documento oficial, o regulamento dessa estrutura designada *Grupo de Apoio aos Recursos Documentais* (GARDOC) - *Regulamento dos Serviços de Documentação do IPS*.

Em 2022, por despacho da presidência do IPS foi criada a *Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação do IPS* (DBAD) (Despacho n.º 13492/2022) e extinto o GARDOC. A junção do Arquivo às Bibliotecas do IPS - Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação - esvazia, ainda mais, as competências a que estas ficam reduzidas: “*gestão da documentação* de carácter científico, técnico e cultural e do *arquivo e gestão* do sistema documental, participando na recolha, seleção, tratamento, difusão, organização e conservação do património documental do IPS”.

O Setor Gráfico do IPS também foi *descontinuado* e o equipamento alienado e, do CRE só resta, como referido, o Setor de Audiovisuais, apenas na sua vertente *serviços* de apoio. Sem qualquer vertente *pedagógica* e, desde 2016, foi transformado em setor de apoio específico a dois cursos (Comunicação Social e Curso Técnico Superior especializado em Produção Audiovisual).

A necessidade de ir fazendo, quando ainda se estava em processo de construção de um modelo, a resistência *interna* que sempre se encontra nas instituições assim como um contexto *externo* nem sempre favorável a alterações e mudanças estruturais, devem ser identificados como constrangimentos que levaram, a pouco e pouco, ao questionamento de uma inovação que, da parte de quem a concretizou, ainda hoje se vê como possível, num modelo escolar outro, num sistema educativo à beira de uma implosão ou de uma metamorfose (Nóvoa, 2022).

A resistência *externa* foi-se impondo a pouco e pouco, fazendo da ESE, instituição com um projeto inovador (desde a forma de conceber a educação e a formação, à forma de trabalhar em equipas, aos currículos que criou, ...), uma instituição que em nada se distingue das demais que ainda existem no sistema público politécnico.

Quanto ao CRE, inovação específica daquele projeto, além do já referido enquanto regulação, explicitam-se alguns outros obstáculos *externos* que o foram colocando em causa como a manutenção de formas de trabalhar em sala de aula, com meios e recursos educativos tradicionais que pouco se distancia(va)m do que se faz(ia) antes da LBSE (1986); a progressiva centralização da formação contínua e sua colocação *fora* das escolas (Centros de Formação Contínua de professores) que foram destruindo o projeto de formação contínua iniciado pela ESE, descentralizado e gerido pelos polos de formação espalhados pelo distrito; a cada vez mais asfixiante e centralizadora gestão das instituições com perda progressiva de autonomia de trabalho, da organização interna e de investimento em projetos; a reorganização dos processos de formação inicial e dos currículos cada vez mais padronizados e redutores; a criação e trabalho das Redes de Bibliotecas Públicas (RBP) e Escolares (RBE) sem qualquer vertente *pedagógica* ou de produção de recursos educativos; a multiplicação de práticas pedagógicas acríticas e fragmentadas, com utilização quase exclusiva de manuais escolares e recursos digitais em sala de aula. Este último fator exige uma análise mais aprofundada a ser concretizada na monografia em elaboração.

Do ponto de vista dos obstáculos *internos* que se foram colocando ao CRE, enunciam-se como mais significativos: a progressiva falta de questionamento sobre o papel da escola na sociedade e num sistema educativo anacrónico; as resistências a outra(s) forma(s) de encarar meios e recursos educativos; a progressiva centralização e alteração de formas democráticas de gestão; os mecanismos de avaliação de docentes e de cursos ministrados assim como o apagamento, nos currículos de formação inicial, das disciplinas, módulos, finalidades, objetivos e funções do projeto CRE e da centralidade dos recursos educativos nas práticas pedagógicas.

Às resistências *externas* juntaram-se algumas *internas*, já enunciadas, avessas ao projeto inovador do CRE, ou seja, foram criadas *a partir de dentro* da instituição, em períodos de definição de novas opções e estratégias ideológicas por parte do poder central e, de *cima para baixo*, com a utilização dos espaços CRE para outros fins que não os que inicialmente estavam previstos no projeto arquitetónico¹, concluiu-se o desmembramento e acabou a estrutura – interna,

externa, física e pedagógica - do CRE. Como já referido, subsiste o Setor de Audiovisuais, Nos cursos de formação inicial assim como na formação contínua, o projeto CRE continuou, consistentemente e enquanto foi possível.

A partir de 2006/2007, após a reformulação dos currículos dos Cursos de Formação Inicial, a intervenção do CRE continuou em todas as UC (ex: *Produção Audiovisual, Animação de Bibliotecas e Espaços Museológicos, Educação para os Media, Gestão da Informação, História Contemporânea e Cidadania, História, Didática da História, Seminário de Investigação e Projeto e Comunicação, Práticas Textuais, Carteira de Competências*). Elas foram sempre lecionadas por Margarida Graça, Ana Maria Pessoa, Fernando Pinho, Patrícia Arguëllo, Marta Alves (docentes integrados no CRE).

Na reestruturação de 2022/23, embora continuando algumas a figurar no currículo, o trabalho nestas UC, sobretudo em *Educação para os Media e Gestão da Informação* (1º ano do Curso de Comunicação Social), perdeu qualquer ligação quer ao CRE, quer às finalidades,

¹ Apenas a título de exemplo refira-se a passagem do Gabinete 23, localizado no CRE, para a Divisão de informática.

objetivos, competências, conteúdos e formas de avaliação anteriormente praticados, já que as disciplinas passaram a ser lecionadas por docentes da ESE, totalmente alheados de questões pedagógicas gerais e dos aspetos com o CRE relacionados.

Foi assim... de forma persistente e burocrática, *de dentro e de fora*, que se desmantelou o que foi o projeto mais inovador e duradouro, uma referência, na área da educação, nas vertentes científica e pedagógica, no ensino superior público no país.

6. Avançar, sem abdicar, para intervir no futuro

Repete-se: Em 2025 nada resta do CRE. Nada resta do CRE, mas muito resta do trabalho do CRE. Resta a equipa que, sem vacilar, neste momento se recompôs para, de forma coesa, escrever sobre o CRE, *a partir de dentro*, consciente de todos os percalços de memória, de arquivo e de interpretação possíveis. Toda a equipa do CRE trabalhou, com entusiasmo, resiliência, dinamismo, numa constante procura de novas vias e de melhorias na qualidade. Toda a equipa teve sempre bem claro o que se pretendia: uma sociedade mais aberta e democrática, uma escola, de igualdade de oportunidades, ativa, ligada ao quotidiano e à atualidade, assumindo, sem rodeios, uma quota-parte de responsabilidade na formação de cidadãos críticos e

competentes, promotora de uma formação (de professores e profissionais de outras áreas) de qualidade e securizante, em interrogação permanente, numa ligação saudável à comunidade (próxima ou mais longínqua). Sabemos que estes são valores de justiça social e progresso. Regressar no futuro, em Portugal a um projeto deste tipo será possível quando se conseguirem conjugar, de novo, fatores externos (sistema económico, organização social e cultural) e internos (legislação, abertura à mudança) facilitadores da inovação. Na era da pós-verdade, dos factos alternativos, das narrativas de engano, da desinformação ardilosa, da inverdade à solta, virulenta (Larsch, 2024) e veloz na disseminação, é fundamental desenvolver o pensamento crítico, trabalhar as capacidades e motivações para procurar a verdade, para duvidar, para questionar. Todas as literacias, em especial a mediática e digital, ao lado da regulação e do *fact checking*, se assumem, cada vez mais, como suportes fundamentais para a vivência e preservação de sociedades democráticas. Proibir o acesso às redes sociais não irá resolver o problema dos efeitos destrutivos exercidos, em especial, sobre as crianças e jovens (mais utilizadores do que produtores) e sobre os que não desenvolveram muitas outras literacias. A escola, vista como um

bem público e comum (Nóvoa, 2022), tem de assumir e cumprir, com urgência, o papel formativo imposto por estas ameaças e desafios a um modelo escolar desatualizado, fragmentado, à beira da implosão. Há 40 anos assentaram em princípios semelhantes os pilares do trabalho realizado e perspetivado pelo CRE da ESE. Talvez nas causas da erosão e destruição de projetos como o do CRE se encontrem explicações para o agravamento dos problemas e proliferação de disfunções gerados na atualidade.

Foi um texto de memórias... a Memória traz o passado, mostra caminhos percorridos, organiza balanços, relembra inquietações partilhadas, renasce entusiasmos vividos. A equipa do CRE defende - e a História ilustra - que a Memória pode, também, adubar bases mais sólidas, mais criativas, mais humanas, de maior progresso para o Futuro.

Referências Bibliográficas

- Bento, C. (1991). *Centros de recursos educativos: potencialidades e actualidade*. [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Canário, R., Barroso, C., Oliveira, F. & Pessoa, A. M. (1994). *Mediatecas escolares: Génese e desenvolvimento de uma inovação*. IE.
- Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Educação (1986). *Escola Superior de Educação de Setúbal: Um novo recurso ao serviço da região*. ESE/CRE.
- Larsh, C. (2024). *A Rebelião das elites e a traição da democracia*, Relógio d'Água.
- Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Estado do Ensino Superior (1978). Programa Preliminar das Escolas Superiores de Educação. MEC/SEES.
- Nóvoa, A. (2022). *Escolas e professores: Proteger, transformar, valorizar*. SEC/IAT.
- Pintassilgo, J. & Alves, L. (coord.) (2019). *Roteiros de Inovação Pedagógica. Escolas e experiências de referência em Portugal no século XX*. IE/Colibri.

Nota curricular

Margarida Graça – Professora adjunta aposentada do Departamento de Comunicação ESE-IPS. Fundadora e membro da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS.

Ana Maria Pessoa - Professora coordenadora aposentada do Departamento de Ciências Sociais e Pedagogia ESE-IPS. Durante 37 anos foi responsável pedagógica pelo Setor de Documentação e Informação (SDI). Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS.

Fernando Pinho – Professor especialista aposentado do Departamento de Artes ESE-IPS. Setor Gráfico e Audiovisuais - Fotografia do CRE. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS

Francisco Matias - Técnico superior do sector de Audiovisuais ESE-IPS. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS

Isabel S. Rosa - Professora adjunta aposentada do Departamento de Ciências ESE-IPS. Setor Audiovisuais do CRE. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS

Luísa Cruz – Funcionária da Biblioteca da ESE-IPS. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS.

Natércia Massas – Funcionária aposentada do Setor de Documentação e Informação (SDI). Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS.

Patrícia Arguello – Professora adjunta da ES de Saúde. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS.

Susana Marques - Assistente técnica da DBAD – Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação do Instituto Politécnico de Setúbal, (Biblioteca da ESE-IPS). Formada no INETE – Instituto de Educação Técnica de Lisboa. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS

Teresa Marques - Professora adjunta aposentada do Departamento de Comunicação ESE-IPS. Setor Oficina Pedagógica do CRE. Fez parte da equipa do Centro de Recursos Educativos (CRE) da ESE-IPS